

Cenário da extensão universitária em tempos de pandemia: um estudo das universidades públicas brasileiras

University extension scenario in times of pandemic: a study of Brazilian public universities

Hélder Eterno da Silveira¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 2020 se apresentou ao mundo com um dos maiores desafios das últimas décadas: o enfrentamento à pandemia da Covid-19. A doença tem como base o espalhamento do vírus Sars-Cov-2 por meio de secreções respiratórias de pessoas contaminadas e que não utilizam proteção adequada.

A pandemia foi confirmada pelo diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, no dia 11 de março de 2020. Naquele momento, havia 118 mil casos de infecção em 114 países com 4.291 pessoas que perderam suas vidas para a Covid-19. O diretor-geral da OMS alertou, firmemente, que seria necessária uma mobilização científica mundial para o enfrentamento à pandemia a fim de conter o avanço da contaminação e a garantia da vida das pessoas.

Ademais, o diretor da OMS ressaltou a importância do cuidado que os países e seus gestores deveriam ter com toda a população, sobretudo os mais vulneráveis que teriam grande dificuldade de acessar o sistema de saúde e, conseqüentemente, sofreriam mais com os efeitos da doença. No dia da confirmação da pandemia pela OMS, os infectologistas, médicos e cientistas da organização internacional pediram apoio aos líderes mundiais para trabalharem em conjunto no enfrentamento à Covid-19.

Infelizmente, alguns gestores públicos pelo mundo não deram a devida importância à Covid-19, classificando-a como algo menor ou de pouca relevância. No caso do Brasil, houve uma minimização do efeito da pandemia que, ao se espalhar no país, logo alcançou altos níveis de infecção, chegando rapidamente a patamares elevados de contaminação e de mortes ao longo de 2020 e se agravando em 2021. Até o momento desta publicação, o Brasil logra a marca do segundo lugar em número de casos e de mortes, ficando atrás, apenas para os Estados Unidos.

¹ Doutor em Educação pela Universidade de Campinas, São Paulo, Brasil, com período sanduíche na Universidade Nova de Lisboa, Portugal; professor associado do Instituto de Química da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; instituição em que exerce atualmente o cargo de Pró-reitor de Extensão e Cultura.

Figura 1 – Evolução dos casos da Covid-19 no Brasil ao longo do ano de 2020



Fonte: Ministério da Saúde (2020).

Em ambos os países, o enfrentamento à Covid-19 foi acompanhado pela disseminação de *fake news* que atrapalharam e atrapalham ações para conter o avanço da doença, dificultando sua compreensão por parte da população, que, a seu turno, fez uso de medicamentos sem comprovação científica e resistiu ao uso de máscaras e à adoção de medidas de prevenção. Em consequência, houve uma polarização que colocou a ciência de um lado e discursos negacionistas de outro; estes últimos alimentados pelas redes sociais que confundiram a população com posições equivocadas, inverídicas e irresponsáveis.

Na busca de superação dessas confusões, as universidades públicas brasileiras – ainda que com recursos escassos e com significativa diminuição do orçamento para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia –, rapidamente entenderam seu papel no enfrentamento à pandemia. Deste modo, paralisaram as atividades presenciais para proteger a comunidade acadêmica, construíram estratégias de manutenção das aulas em formato remoto, intensificaram pesquisas voltadas para compreensão da doença, ampliaram a atuação de seus hospitais universitários, realizaram ações de extensão para auxiliar a população e se mantiveram atentas ao compromisso com a vida e com a ciência.

Desde o início da pandemia, as universidades trabalham intensamente no enfrentamento à Covid-19 e sua propagação. Como polo produtor de conhecimento, universidades brasileiras e outras mundo afora se mobilizaram no estudo do vírus em produções que visam encontrar sentidos para os efeitos que essa doença causa na vida das pessoas em toda sua dimensão: na saúde, na educação, no trabalho, na economia, na política, na qualidade de vida, no desenvolvimento da criança e do jovem,

dentre outros estudos que se articularam com a extensão universitária.

No âmbito da extensão universitária, o Colégio de Pró-reitoras e Pró-reitores de Extensão das Universidades Federais (Coex-Andifes) manteve seu trabalho ativo por meio de encontros remotos e discussões que pudessem auxiliar as universidades a se organizarem para dar continuidade às ações extensionistas. Dentre esses trabalhos, o Coex produziu um estudo sobre o cenário da realização da extensão no país que foi sintetizado neste artigo.

Portanto, o objetivo deste artigo é dar publicidade ao Relatório produzido pelo Coex que, por sua vez, buscou compreender como as universidades públicas mantiveram as ações de extensão nesse período de pandemia. O foco do relatório está na compreensão do panorama da extensão realizada nas universidades durante a pandemia, ao longo de 2020. Como base, o Relatório do Coex utilizou o Painel de Acompanhamento do Enfrentamento da Covid-19, criado pelo Ministério da Educação, bem como a sondagem inicial que o Coex realizou com gestores e gestoras de extensão das universidades federais.

A extensão universitária durante a pandemia

A extensão na pandemia

A pandemia afetou várias ações realizadas nas universidades, porém, não teve o condão de paralisá-las. Essas Instituições ressignificaram suas atividades para manterem seu funcionamento e cumprindo seu compromisso constitucional: realizar de modo indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão. Obviamente, ajustes foram feitos. O momento implicou distanciamento social, comprometendo o convívio diário das comunidades intra e extra-acadêmica.

A pandemia não trouxe um “novo normal” para as escolas e as universidades. Noutra vertente, este momento ressaltou o baixo investimento feito na educação brasileira no que tange aos mecanismos de interação mediados por tecnologias. Ressentimos a falta de uma sociedade digital, pois nem todos os/as estudantes e profissionais da educação possuem acesso à internet rápida, computadores, condições adequadas para o estudo remoto e situação econômica favorável a manter sua educação. Do ponto de vista pedagógico, as/os docentes tiveram dificuldades em organizar seu trabalho no formato não convencional, pois a formação docente ainda é lacunosa quanto ao uso de estratégias digitais para o ensino e, ainda que não tivesse falhas, encontraria uma situação complexa e de difícil previsão como foi a pandemia.

As Universidades tiveram que repensar as aulas, trazendo um conceito de “ensino remoto” não usual nas instituições. Ainda assim, mesmo sem a pretensão de ser uma modalidade de educação a distância, o ensino remoto possibilitou que vários estudantes mantivessem sua relação com as entidades formadoras. Para tanto, as universidades criaram, rapidamente, formas de se manter conectadas com seus estudantes e com sua formação. A preocupação, primeira, foi com a vida e com o bem-estar de seus membros. O distanciamento social implicou no desenvolvimento de estratégias para que os corpos discente e docente se conectassem pela via tecnológica: programas de inclusão digital foram criados, disciplinas presenciais foram acolhidas no modo remoto e pesquisas foram realizadas presencialmente com todas as medidas de segurança, principalmente aquelas que tinham como foco o estudo da Covid-19 e a busca de soluções para superarmos a pandemia.

Os mesmos problemas observados no ensino e na pesquisa quanto à sua realização com mediação tecnológica foram percebidos no campo da extensão, sobretudo, quando da necessidade de uso dessa mediação com a população mais vulnerável. Como chegar à grande massa populacional considerando a dificuldade de acesso a mecanismos de tecnologia da informação e internet? De que modo manter a dialogicidade, a interdisciplinaridade, a formação discente, a transformação social em tempos de pandemia? Essas questões alimentaram debates realizados por gestores e gestoras da extensão Brasil afora.

O que vimos foi a Universidade brasileira realizar extensão com forte preocupação com a superação da pandemia e com a manutenção da vida. Para tanto, eventos foram realizados, projetos e programas foram criados, serviços prestados, cursos e oficinas oferecidos, ações de divulgação científica realizadas em redes sociais, sempre no esforço de se alcançar a população mais vulnerável.

As Instituições Federais de Ensino alimentam o Portal de Monitoramento (<http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>) criado pelo Ministério da Educação. Esse portal traz informações gerais do funcionamento das instituições ligadas ao MEC e mostra que todas estão em funcionamento desde o início da pandemia. No caso específico das universidades, as 69 instituições que abrigam 1.123.691 estudantes; 95.115 docentes e 115.627 técnicos se mantiveram ativas durante o ano de 2020.

A pandemia pode ter ressignificado uma série de ações, mas não paralisou as universidades federais. Esse dado é fundamental, pois mostra que as universidades não se furtaram em seu trabalho principal de ensinar, pesquisar e realizar extensão. No caso das atividades de extensão, o COEX/ANDIFES fez levantamento da situação das IFES por meio de questionário aplicado às pró-reitorias de extensão com vista a se conhecer a realidade de cada uma delas. Das 69 instituições federais, 60 iniciaram a resposta ao questionário, sendo que 57 instituições concluíram e enviaram

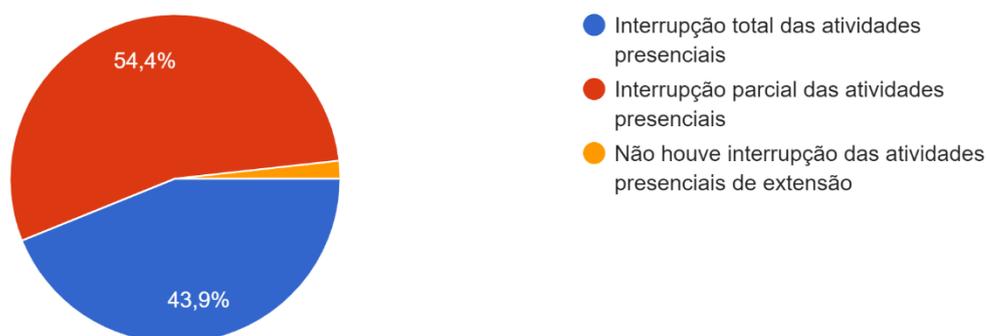
corretamente. Todas as figuras apresentadas abaixo são de responsabilidade e autoria do proponente deste trabalho.

A primeira questão trata da interrupção das atividades presenciais de extensão nas IES.

Figura 2 – Questão 1 – Sobre a interrupção das atividades presenciais de extensão

1. Houve interrupção das atividades presenciais de extensão em sua IES durante o período da pandemia?

57 respostas



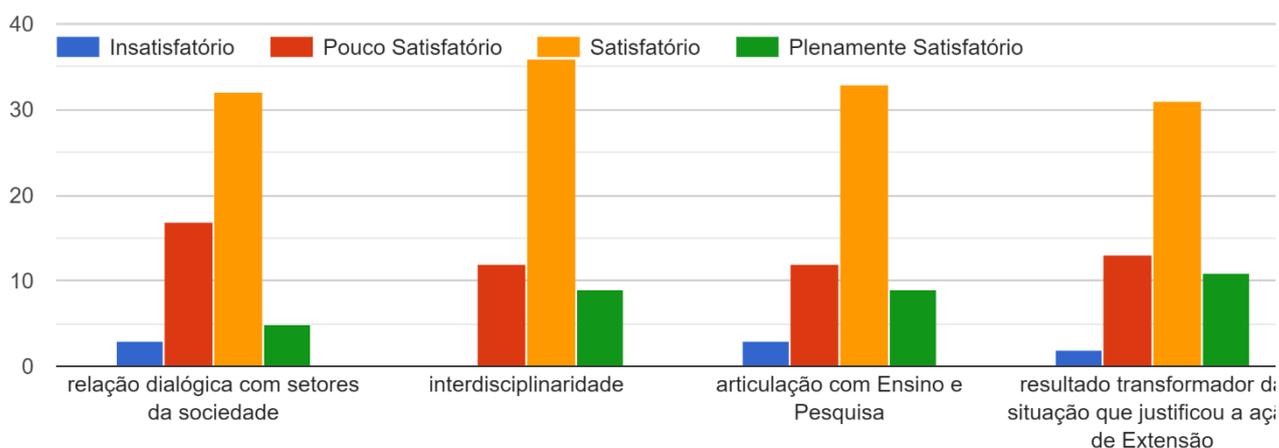
Fonte: O autor (2021).

A maioria das instituições demonstrou algum tipo de interrupção das atividades presenciais de extensão. Ao analisar mais detidamente os dados, as instituições mantiveram atividades presenciais ligadas ao campo da saúde, sobretudo nos hospitais universitários. Assim, ações voltadas para o enfrentamento da pandemia foram mantidas, seja no atendimento direto à população, resguardadas as medidas de segurança, seja no contato mediado por tecnologias.

Verificou-se que algumas ações desenvolvidas em fazendas, com agricultores familiares, assentamentos, comunidades quilombolas e indígenas foram parcialmente mantidas. Outras ações, como eventos e cursos que envolvem grande número pessoas, foram levadas para o modo remoto. Sobressaiu-se as prestações de serviços hospitalares, atendimentos à saúde, orientações à comunidade sobre a Covid, construção de materiais gráficos e digitais sobre a pandemia, estruturação de ações de apoio direto à emergência de alimentos à população, produção e distribuição de equipamentos individuais de segurança, dentre outros.

Figura 3 – Questão 2 – Sobre os princípios da extensão durante a pandemia

2. Como você avalia o nível de satisfação em relação ao cumprimento dos princípios definidores da Extensão:



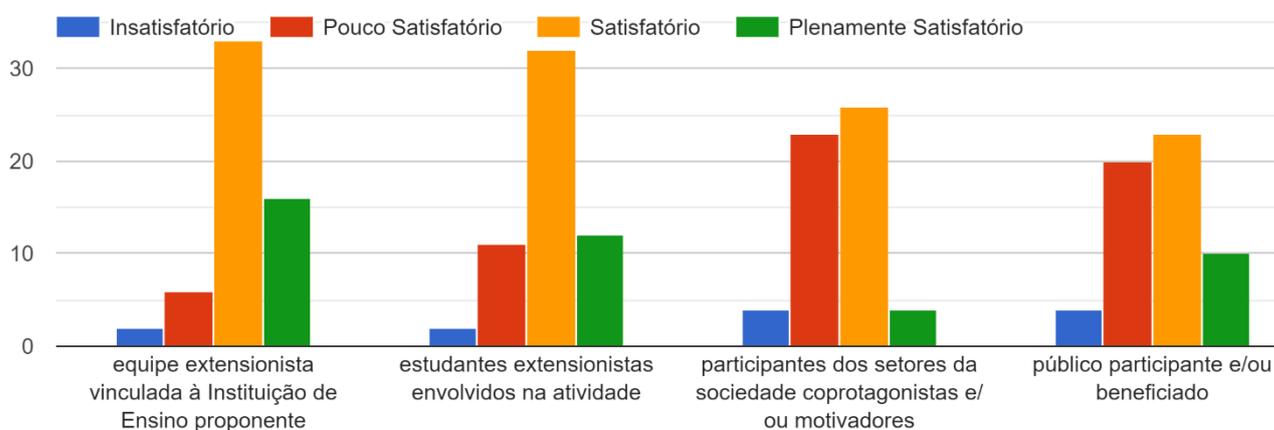
Fonte: O autor (2021).

A percepção do cumprimento dos princípios da extensão foi classificada como satisfatório na maioria das respostas. A interdisciplinaridade e a articulação com o ensino e a pesquisa se destacaram neste item, uma vez que esses princípios dependem menos da interação direta com a população. A relação dialógica com os setores da sociedade foi a mais afetada, pois existem limitações de acesso da população mais vulnerável aos meios de tecnologia digital que pudessem mediar o diálogo.

Quando da impossibilidade de uma ação direta que envolvia a dialogicidade, houve a necessidade de acionar mecanismos indiretos de alcance da população e, neste particular, considerou-se a divulgação como uma possibilidade, mesmo que não traga em si toda a dinâmica da prática da extensão, sendo produto dela. Ainda assim, foram verificados resultados na transformação social, ainda a serem mais bem explorados em ações futuras da Coex/Andifes.

Figura 4 – Questão 3 – Nível de envolvimento nas ações de extensão

3. Em relação ao nível de envolvimento alcançado, como você avalia o uso de ferramentas e tecnologias de interação remota, na realização das atividades de Extensão:



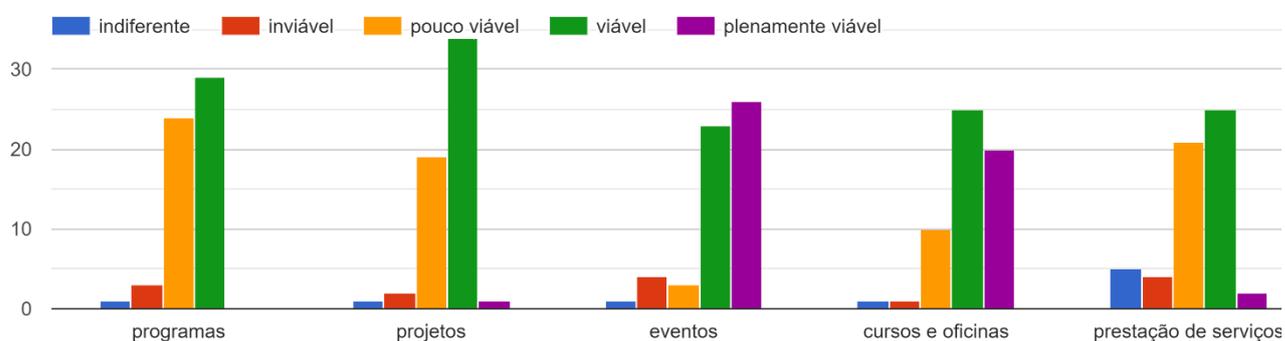
Fonte: O autor (2021).

O resultado acima demonstra a dificuldade de acesso da população ao uso das tecnologias de interação remota. Há de se considerar que a equipe interna às instituições, como os docentes e estudantes envolvidos mantiveram respostas satisfatórias, pois boa parte deles tem familiaridade com tecnologias de mediação. Os programas e ações de inclusão digital desenvolvidos nas universidades ajudaram muito para que atividades fossem mantidas com os estudantes mais vulneráveis. Todavia, esse gráfico aponta para o problema de acesso da população que se envolve nas atividades de extensão das universidades.

A inclusão digital social é uma realidade muito distante para a população brasileira, pois o acesso a computadores, internet com boa velocidade e o próprio domínio dessas ferramentas dificultam a participação da sociedade como coprotagonista das ações, limitando-se, muitas vezes, a uma participação com menor envolvimento na produção do conhecimento. Nesses casos, houve aplicações e compartilhamento de conhecimento entre a Universidade e a população, níveis menos complexos de envolvimento e participação do público beneficiado.

Figura 5 – Questão 4 – Exequibilidade das modalidades de extensão

4. Como você avalia as condições de não-presencialidade sobre a Extensão quanto à exequibilidade das diferentes modalidades:



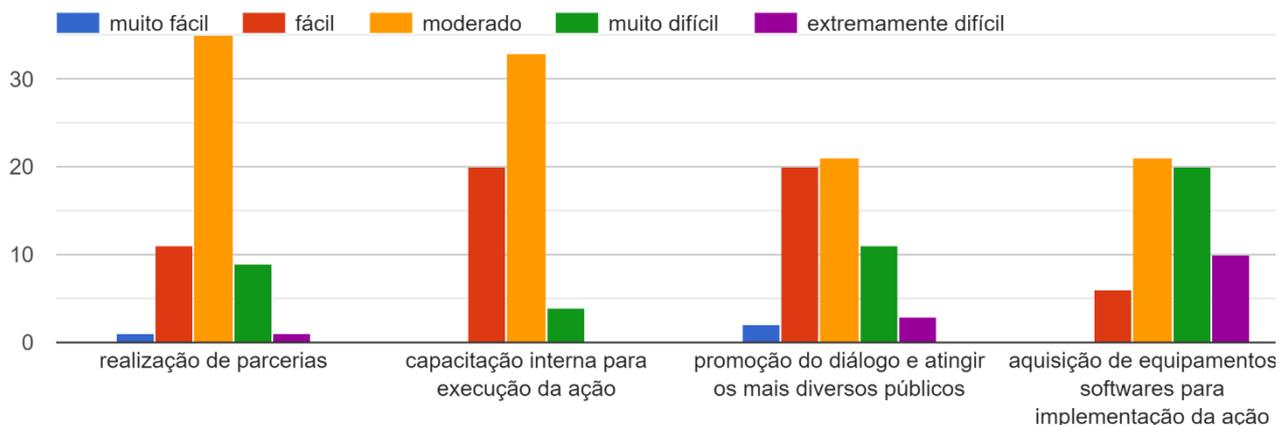
Fonte: O autor (2021).

Sobre a execução por modalidade extensionista, a variação não tem refinamento para se afirmar que a não presencialidade pode ser uma realidade a ser adotada na extensão, independente da pandemia. Esse dado, cruzado com a manutenção dos princípios da extensão deve ser considerado como um valor importante a ser considerado. Ou seja, existir a possibilidade da não presencialidade na extensão pode significar menor participação popular como protagonistas da ação. Assim, mesmo que seja viável a realização de eventos, cursos e prestação de serviço em condições de não presencialidade isso não implica que as pessoas mantenham o grau de envolvimento.

Também é necessário se aprofundar na relação da execução das atividades de extensão com base na não presencialidade com o tipo da ação de extensão. Algumas ações já incluíam atividades não presenciais, como alguns cursos e ações nas redes sociais. Eventos, por exemplo, foram mantidos principalmente por envolverem públicos de pares, em que as instituições formativas sejam a maior parte. Assim, parece viável que se intercalem, independente da pandemia, eventos presenciais com não presenciais. Programas e projetos que tenham o envolvimento direto da população parecem inviáveis, sendo eles os mais interrompidos durante esse período.

Figura 6 – Questão 5 – Nível de dificuldade em realizar ações de extensão durante a pandemia

5. Como avalia o nível de dificuldade das ações relativas à:



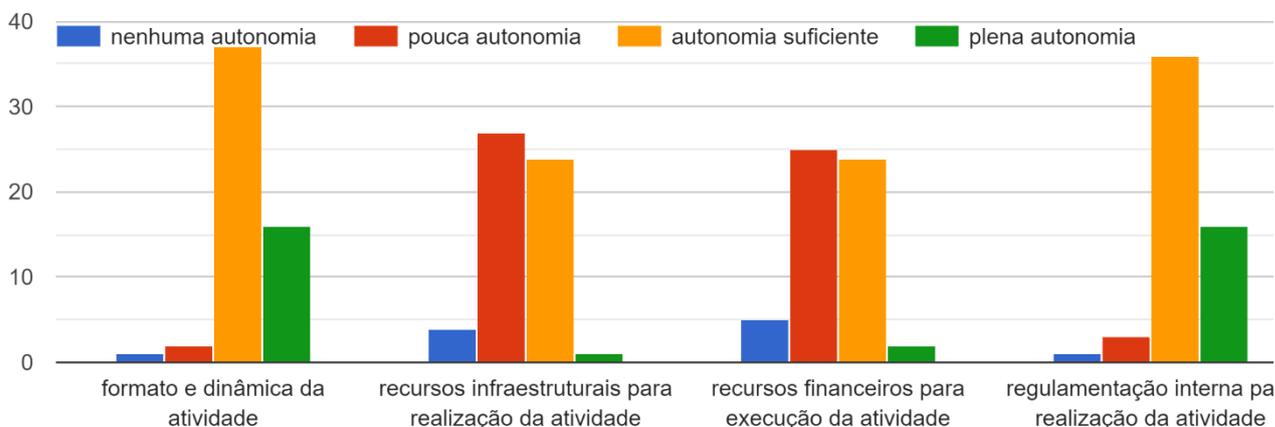
Fonte: O autor (2021).

Na continuidade das análises das respostas, verificou-se que os mecanismos de interação e construção de parcerias foram afetados pela pandemia, uma vez que os respondentes consideram moderado tais efetivações. A capacitação interna e a realização de parcerias mostraram-se possíveis remotamente, lembrando que o público interno possui alguma familiaridade com tecnologias de mediação. As parcerias também, em muitos casos, são traçadas com número menor de pessoas o que já era uma realidade antes da pandemia.

Todavia, o questionário não mostra o quantitativo e a natureza dessas parcerias, tampouco o público e/ou território alcançado. Essa limitação restringe a análise sobre o modo de construção de cada ação e da própria parceria que se firmou. Na contramão, as respostas sobre a aquisição de equipamentos demonstram o que já era conhecido nas instituições. A baixa destinação de orçamento para investimento e o excesso de burocracia no processo de compras interfere na aquisição emergencial de *softwares* e equipamentos, afetando, assim, diretamente todas as ações que, durante a pandemia, viram-se muito relacionadas ao uso dessas ferramentas.

Figura 7 – Questão 6 – Adaptações da extensão

2. Como você avalia a continuidade das atividades de Extensão, considerando as adaptações necessárias de serem implementadas pela gestão da instituição, quanto a:



Fonte: O autor (2021).

Os/as respondentes mostraram, também, o interesse em manter as ações de extensão em formatos alternativos e considerando adaptações necessárias durante a pandemia. Revelaram a autonomia na construção de normativas e na criação de caminhos que pudessem viabilizar a extensão.

Todavia, é de se esperar que os recursos de infraestrutura e financeiros não acompanharam a tomada de decisões do mérito da extensão. Há um enfraquecimento de todas as ações das universidades quando há falta de profissionais e de recursos financeiros para que consigamos executar as ações. Como uma dimensão formativa imprescindível à qualidade da formação profissional perseguida pelas universidades, a extensão sofre com os escassos recursos que recebe e com a falta de linhas específicas de fomento do governo federal. É urgente a necessária retomada do fomento à extensão, não como programas “editalescos” e, sim, com o fomento permanente e contínuo na forma de uma política de Estado que compreende qual é o papel social da universidade pública na construção do projeto de desenvolvimento para o país.

Experiências desenvolvidas de atividades de extensão no contexto da pandemia

No Portal de Monitoramento desenvolvido pelo Ministério da educação foram apontadas várias ações que estão em desenvolvimento e que possui íntima relação com a extensão ou mesmo é resultado dela.

Tabela 1 – Ações realizadas pelas universidades durante a pandemia

AÇÕES DESENVOLVIDAS NAS IFES	
AÇÃO	NÚMERO DE REGISTROS
Produção de álcool em gel	91
Fabricação de equipamentos de proteção individual com impressão 3D	88
Serviço de aconselhamento e/ou apoio psicológico	86
Produção de materiais educativos	82
Assessoramento às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde	63
Distribuição de alimentos	60
Capacitação de profissionais	59
Teleatendimento para orientação e esclarecimento à população	57
Produção de máscaras, aventais, entre outros	54
Realização de exames para diagnosticar o coronavírus	44
Cessão de espaços	42
Empréstimo de equipamentos	42
Produção de materiais de limpeza, higiene, soluções sanitizantes, entre outros	36
Fabricação de equipamentos hospitalares	34
Cessão de veículos	26
Fabricação de peças de reposição para equipamento hospitalares	24
Desenvolvimento de vacinas	6

Fonte: Portal de Monitoramento do Ministério da Educação (2021).

Ainda segundo esse portal, alimentado com dados fornecidos pelas IFES, são 1.686 ações de enfrentamento à Covid-19 realizadas em todo o país, alcançando um público de 24,9 milhões de pessoas; um número expressivo frente à população brasileira. Dos dados apreendidos no questionário observa-se que muitas destas ações constam das informações prestadas pelos respondentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a pretensão de esgotar a discussão, este relatório apresentou estudo preliminar sobre a realização de atividades de extensão em meio à pandemia da Covid-19. Ressalta-se que as Universidades não se furtaram à sua participação no enfrentamento à pandemia. Tampouco, aguardaram que o poder público fizesse o financiamento adequado para agir.

Neste íterim, as Instituições – em respeito à vida e à dignidade humana –, suspenderam as atividades acadêmicas presenciais a fim de garantir o distanciamento social e colocar seus membros em segurança. Instalaram processo sistemático de discussão acerca da contaminação pelo Coronavírus e das medidas sanitárias necessárias para a preservação da vida, ao tempo que refletiam sobre como construir agendas acadêmicas neste contexto novo e incerto. Comitês de Acompanhamento e Monitoramento da Pandemia foram criados nas diversas instituições com o intuito de coletar e sistematizar dados, emitir orientações para a comunidade acadêmica e comunidade externa e sustentar os setores acadêmicos em relação aos encaminhamentos didático-metodológicos e sanitários a serem adotados.

Como desdobramento da criação desses Comitês, houve a suspensão dos calendários acadêmicos e o início do ensino remoto. Esse, por sua vez, não se caracteriza como educação a distância, ou seja, não está sujeito às normativas próprias da modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), com diretrizes e metodologias próprias, mas se constituiu na possibilidade de, por meio de plataformas digitais e outras ferramentas tecnológicas, viabilizar que os estudantes do ensino superior das Universidades mantivessem seus estudos, ainda que submetidos a inúmeras adequações.

As condições desiguais da sociedade brasileira presentes no contexto das universidades tornam-se mais evidentes, especialmente a partir da democratização do acesso por meio de sistemas de cotas, construção de novas universidades e da interiorização dos campi que oportunizaram a presença de setores das camadas populares, historicamente alijados do ambiente da universidade. Essa política responde, como demonstrado na V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES, realizada pela Andifes, em 2018, por modificar “radicalmente o perfil da recente geração de discentes dos cursos de graduação das universidades”.

Diante dessa realidade, um novo desafio foi assumido pelas instituições: assegurar que todos pudessem participar dessa retomada por meio do ensino remoto. Para tanto, as Instituições construíram editais de inclusão digital a fim de auxiliar seus estudantes mais vulneráveis a continuar suas atividades formativas. Além de oportunizar o acesso a

equipamentos e a rede de internet também houve substancial investimento na formação de docentes e discentes no uso das tecnologias para fins acadêmicos. Os conselhos e órgãos deliberativos nas Instituições, bem como a própria rotina administrativa funcionaram de modo remoto. Decisões foram tomadas, processos seletivos foram realizados, eleições para reitores foram conduzidas a partir da ação imediata das instituições.

A Andifes, por meio de seus Colégios e Fóruns e da Comissão de Desenvolvimento Acadêmico, cumpriu importante papel no desenrolar das ações e na defesa da autonomia universitária. Reuniões entre os reitores/reitoras foram mantidos e as trocas de estratégias ampliaram o escopo da ação individual em prol do trabalho coletivo e integrativo. A consolidação de redes intra e interinstitucionais passou a ser fortemente estimulada na implementação das atividades acadêmicas.

A pesquisa, sobretudo sobre a compreensão da pandemia, o enfrentamento à Covid-19, a participação no desenvolvimento da vacina e o estudo de caminhos de tratamento foram desenvolvidas nas Instituições. A rápida ação de pesquisadores em interface com outros investigadores de renomadas instituições nacionais e internacionais foi uma realidade percebida para a identificação de meios de superação do problema colocado pela pandemia.

Ainda assim, várias foram e tem sido as mortes causadas pela pandemia. Muitas delas resultado da minimização dos efeitos da infecção e do descaso de várias autoridades políticas sobre o tratamento, sobre a prevenção e sobre o distanciamento social. Todavia, as universidades continuaram atuando contra o vírus e seus efeitos letais.

No campo da extensão, as universidades se reinventaram, mantendo ações presenciais voltadas para o campo de serviços básicos, principalmente nas áreas da saúde, do acompanhamento a doentes, nos hospitais universitários, na atenção à comunidade, na oferta de informações que visavam combater *fake news* e outras mentiras propagadas pelas redes sociais.

As atividades de extensão construídas nas universidades, em suas múltiplas possibilidades e sem abandonar seus princípios se viu diante do desafio de reconhecer a natureza extensionista de várias ações, de reafirmar o caráter público da universidade e o compromisso desta com a construção de um conhecimento engajado às necessidades da população. Deste modo, manteve-se o debate em torno da divulgação científica e de sua parcela extensionista, dada a necessidade da manutenção do distanciamento social e respeitados os princípios extensionistas construídos pela luta histórica da comunidade acadêmica e das necessárias adequações à institucionalização de projetos e programas com

vistas a assegurar respostas em um tempo radicalmente diferente daquele anteriormente definido.

Os gestores/gestoras de extensão reconheceram que os eventos e cursos poderiam ocorrer, neste momento, de modo remoto a fim de manter a comunidade unida em torno de debates de interesse social e necessários ao momento presente. Algumas ações foram ressignificadas por meio de atividades que eram levadas à população por meio de serviços móveis, de produção e distribuição de materiais informativos, de teleatendimentos e do uso de redes sociais e ferramentas da tecnologia e informação.

Verificou-se que a comunidade acadêmica e extra-acadêmica tem dificuldade de acessar tais ferramentas, obrigando os projetos e programas a criarem estratégias de chegar à população por meios diversos, ainda que toda a complexidade do que seja a extensão não tenha sido plenamente alcançada. Todavia, de uma forma ou de outra, ali estavam os docentes, servidores técnicos e estudantes: propondo ações para minimizar os efeitos da pandemia e criando condições de alcance da população beneficiada. Atividades e serviços foram prestados a fim de auxiliar na segurança das pessoas, como a produção de equipamentos de segurança individual e a construção de mídias culturais que pudessem minimizar o efeito do isolamento social.

Mais de 24 milhões de pessoas no Brasil foram beneficiadas com ações desenvolvidas nas Universidades Públicas Federais. Os pró-reitores e pró-reitoras de extensão externalizaram seu interesse em manter ativas ações para superar a pandemia, mesmo que não presenciais. A construção de estratégias para colocar a população em diálogo com as Instituições ainda perdura como uma das mais difíceis a serem enfrentadas.

Por isso mesmo que alguns grupos foram apontados como os mais prejudicados neste tempo da pandemia, pois o assentamento da extensão tem forte natureza na presencialidade e na troca cotidiana. Todavia, a insistência da extensão – resultante da resiliência das universidades –, é uma virtude a ser considerada e reconhecida. Não houve o abandono desses grupos e, sim, a recomposição de modos de interação e de fazer chegar até eles as discussões realizadas a partir do estudo dos dilemas sociais, presentes nas universidades e, menos que o desejado e as necessárias trocas e interações foram oportunizadas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO – ANDIFES. Colégio de Pró-reitores de Extensão (COEXT). Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/home>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coronavírus**: ações do MEC em resposta à Pandemia da Covid-19. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19 no Brasil**. Disponível em: https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 15 out. 2021.